



27 F. J. H. J.
R. J. J. J.

PARECER DO CONSELHO FISCAL | DEFINITÓRIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício 2016

De acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) do artigo 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, reuniu, no dia 1 de Março de 2017, pelas quinze horas, na sala de reuniões da Santa casa da Misericórdia de Arganil, o Conselho Fiscal / Definitório, tendo como primeiro ponto da sua ordem de trabalhos, analisar e emitir parecer sobre o relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2016.

Analisado e discutido o referido documento, bem como obtidos os esclarecimentos necessários por parte da Mesa Administrativa e serviços de apoio, destacamos que em relação às atividades desenvolvidas foi possível verificar a concretização na generalidade dos objetivos a que a Mesa se propôs atingir.

- **Cooperação com o Estado - apesar dos constrangimentos relativamente ao Serviço de Apoio Domiciliário e aos Cuidados Continuados, foi possível renovar o Protocolo de funcionamento das Cantinas Sociais até ao final de 2016 e manter em funcionamento o projeto da Rede Local de Intervenção Social (RLIS);**
- **Sustentabilidade da Misericórdia - reforço dos fundos patrimoniais / reservas, aumentando desta forma o seu ativo, face ao passivo, e reorganização dos seus serviços, nomeadamente com a inclusão da área da Medicina Física e de Reabilitação, bem como os horários dos diversos colaboradores, tendo em vista mitigar o efeito do aumento de alguns custos;**
- **Requalificação do Complexo Social - os trabalhos de higienização dos espaços tiveram continuidade, reforçados com a necessidade de remodelação do piso afetado pelo incêndio ocorrido no dia 27 de Junho;**
- **Mata das Misericórdias - esta manteve-se disponível para a comunidade, com especial incidência junto das escolas, sem esquecer que foi valorizada de forma continua como espaço de cultura e lazer, nomeadamente com o enriquecimento da Rua das Misericórdias;**
- **Formação - realização de formação interna, tendo por base um dossier formativo;**
- **Património - continuidade ao processo de inventariação deste, atualizando os dossiers dos diversos imóveis, bem como realização de diversos levantamentos e elaboração de registos atuais, a par do aumento das propriedades de investimento;**
- **Oferta cultural – manutenção de uma agenda de concertos e realização da primeira exposição na escola do paço grande, alusiva à quadra natalícia;**

27
F. Silva
M. Silva

- Requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas - foram encetadas **diligências destinadas à entrada de capital para esse efeito**, nomeadamente através da renovação da autorização de venda da Quinta dos Bons Dias;
- Cineteatro Alves Coelho - a Misericórdia viu reconhecida a sua razão por sentença judicial, tendo sido a **Câmara Municipal de Arganil condenada** a devolver o emblemático edifício por incumprimento do compromisso firmado em 20 de Dezembro de 2008.
- Parcerias – reforço da colaboração com diversas entidades, não só ao nível da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do Agrupamento de Escolas, mas especialmente com as instituições do terceiro setor, através da **assinatura de diversos protocolos de cooperação**, sem esquecer a colaboração com o Secretariado Nacional da UMP e o Secretariado Regional de Coimbra.

No que concerne à execução económico-financeira é de salientar um conjunto de constrangimentos que condicionaram a ação da instituição, nomeadamente **os atrasos nos pagamentos devidos pela ARS-C, quer em relação ao funcionamento do Hospital Dr. Fernando Vale, quer em relação ao funcionamento da Unidade de Medicina Física de Reabilitação da Misericórdia.**

No final do ano em análise, a ARS-C tinha em dívida um total de **193.245,52€ para com a Misericórdia.**

Outro constrangimento relacionou-se com a atualização dos acordos de cooperação para o Complexo Social, em 0,9%, **inferior ao inicialmente previsto de 1%**, enquanto que no âmbito dos Cuidados Continuados não houve lugar a qualquer atualização das participações do Setor Estado.

Também a **atualização do Salário Mínimo Nacional acima do previsto no orçamento**, acompanhada da **revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)** aplicável à Misericórdia, traduziu um aumento de custos que exigiu um esforço suplementar para a Instituição que veio a refletir-se no **aumento das despesas com pessoal**, sem esquecer a **integração dos colaboradores da Clifiargus, Lda, na Misericórdia.**

Também o facto de a Instituição **ter perdido receitas de cerca de 20.107,50€ face a 2015 e referentes ao funcionamento da resposta social de ERPI, por força do incêndio ocorrido em 27 de Junho**, contribuiu para a falta de liquidez da Instituição.

Em contrapartida deve ser enaltecido o facto da Misericórdia ter conseguido assegurar um reforço significativo dos seus ativos, através das **doações de imóveis e que totalizaram 229.862,49€.**

Simultaneamente, ao nível das propriedades de investimento verificou-se um conjunto de atualizações das respetivas avaliações, tendo existido **uma opção estratégica em optar que, algumas destas, não fossem classificadas como aumentos pelo justo valor e, conseqüentemente, fossem refletidas no exercício / demonstração de resultados, mas antes passassem a consolidar o ativo.**

Esta opção reforçará a capacidade de endividamento da Instituição num hipotético cenário de recurso à banca para a concretização de alguns projetos e caso se mantenha a dificuldade em serem recebidas as verbas do Estado, com especial incidência no campo da saúde.

Consequentemente, e em rigor, a análise do resultado do exercício terá que ser enquadrada com o aumento das propriedades de investimento que passou de 841.255,14€ em 2015, para 2.000.089,51€ em 2016, o que representou um crescimento de 57,9%, ou seja, mais 1.158.834,37€.

Circunscrevendo à demonstração de resultados, verificamos que foram obtidos 2.737.674,01€ do lado dos rendimentos e no campo dos gastos registaram-se 2.917.285,95€.

Da diferença entre rendimentos e gastos relativos ao exercício de 2016 foi apurado um resultado líquido negativo de 179.611,94€.

Assim, conclui o Conselho Fiscal | Definitório, a Mesa Administrativa executou as linhas gerais que se propôs concretizar para a Misericórdia, numa lógica cuidada de gestão dos seus recursos, sem descurar a sua componente social e com a convicção de defesa do seu património e das decisões da Assembleia Geral.

Deste modo, o Conselho Fiscal | Definitório **deliberou, por unanimidade, dar parecer positivo ao Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2016, sugerindo a devida aprovação em Assembleia Geral, propondo ainda, um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido à Mesa Administrativa, na pessoa do seu Provedor e dos trabalhadores na pessoa do seu Diretor Geral.**

Arganil, 1 de Março de 2017

O Conselho Fiscal / Definitório

Maria Gisete Gomes Costa
Mário Luís da Conceição Brito
Fernando Afonso